

ADER – Sousa

Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa

Trabalho Final do curso de Pós-graduação “Turismo, Ordenamento e Gestão do Território”



O Artesanato de Castelo de Paiva e a sua comercialização



Orientador:

Prof. Álvaro Cidrais



Karina Soares

Castelo de Paiva, Outubro de 2006

ÍNDICE GERAL

Índice de Fotografias

Introdução.....	3
1. Metodologia.....	5
2. Caracterização do Concelho de Castelo de Paiva.....	6
2.1. Enquadramento geográfico.....	6
2.2. Caracterização demográfica.....	7
2.3. Actividades económicas.....	8
3. Enquadramento Teórico.....	9
3.1. O desenvolvimento rural e local e a sua importância para a preservação da identidade.....	9
3.2. O conceito de património cultural e a inclusão do artesanato neste conceito.....	11
3.3. O conceito de artesanato e as formas de salvaguarda-lo.....	13
4. Trabalho Empírico.....	18
4.1. O artesanato do Concelho de Castelo de Paiva.....	18
4.2. O processo de comercialização do artesanato.....	21
5. Conclusões.....	25
Bibliografia.....	28
Anexos.....	31
Anexo I – Guiões das entrevistas e listas de informantes.....	32
Anexo II – Mapas do Concelho de Castelo de Paiva.....	37

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Cestas em vime.....	19
Foto 2 – Miniaturas em madeira.....	20
Foto 3 – Passadeiras em tiras.....	21
Fotos 4 e 5 – Espaço de venda de um artesão.....	22
Fotos 6 – Feira do Vinho Verde, do Lavrador, Gastronomia e Artesanato.....	23
Foto 7 e 8 – Posto de Turismo de Castelo de Paiva.....	24

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, realizado no âmbito do curso de pós-graduação “Turismo, Ordenamento e Gestão do Território”, apresenta os resultados de um estudo exploratório sobre o artesanato do Concelho de Castelo de Paiva e a sua comercialização.

Os objectivos deste estudo fundamentaram-se no conhecimento e compreensão de parte da cultura deste concelho – o artesanato – que se assume como presença viva da herança cultural e matriz da identidade deste povo, bem como no estudo do processo de comercialização dos objectos artesanais, de forma a verificar se este processo influencia a produção do artesanato ainda existente neste concelho, assim como, verificar se os locais de comercialização são acessíveis aos turistas e visitantes que visitam este concelho e, particularmente, a Rota do Românico do Vale do Sousa.

A opção por este terreno de investigação prendeu-se com fortes sentimentos que me ligam a este concelho. Para além de ser o concelho onde resido actualmente, este não tem sido alvo de estudos deste tipo.

Quanto à opção pelo artesanato, como objecto de estudo, prendeu-se com o facto do artesanato representar parte da riqueza patrimonial e a memória histórica e identitária deste concelho. Como tal, e após já ter sido criada uma rota identitária do património edificado da Região do Vale do Sousa – Rota do Românico – nada melhor do que complementa-la com outras informações sobre outros patrimónios, neste caso património cultural, existentes nesta região e, particularmente, neste concelho.

Este estudo pode ser também importante para a eficiência de políticas locais relativas ao artesanato, pois não é possível traçar qualquer tipo de intervenção a nível local quando não se conhece minimamente a área a intervir.

O trabalho a seguir apresentado está organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo é descrita a metodologia que foi utilizada na recolha da informação.

O segundo capítulo está reservado para uma análise de contexto geográfico dos entrevistados e do terreno observado (Concelho de Castelo de Paiva), pois qualquer análise acerca de determinado fenómeno tem que ter em consideração o contexto em que este ocorre.

Relativamente ao terceiro capítulo pretende-se realizar uma revisão literária, onde se desenvolvem os conceitos de desenvolvimento rural e local, pois o artesanato é visto como

uma via para o desenvolvimento dos meios rurais; de património cultural, pois o artesanato está inserido neste conceito; e, de artesanato uma vez que é sobre este tema que incide o trabalho.

Todo o trabalho empírico está inserido no quarto capítulo, onde se faz uma caracterização do artesanato existente no concelho e do processo de comercialização deste.

Finalmente, no quinto capítulo pretende-se reflectir sobre o trabalho realizado, salientando os seus aspectos inovadores.

Os anexos surgem no final do trabalho como um complemento essencial a ser consultado quando sugerido no corpo do trabalho.

CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA

A selecção da unidade de análise não foi difícil de estabelecer. Esta era constituída por alguns dos artesãos do Concelho de Castelo de Paiva que ainda trabalham nos seus respectivos ofícios artesanais, quer a tempo parcial ou a tempo inteiro, e que participam nas feiras de artesanato que se realizam anualmente no concelho (Feira do Vinho Verde, do Lavrador, Gastronomia e Artesanato e a Feira do “Séc. XIX”).

Para chegar a estes artesãos utilizei uma listagem que me foi fornecida na Câmara Municipal, onde continha apenas os artesãos activos e que participam nas referidas feiras. Contudo, dessa listagem foram seleccionadas, aleatoriamente, pequenas amostras de artesãos de cada ofício artesanal.¹ Esta selecção deveu-se à limitação de tempo para a recolha de informação e respectiva análise da mesma.

Para além dos artesãos foram também recolhidas informações junto da funcionária do Posto de Turismo e de uma técnica da Câmara Municipal responsável pela organização da Feira do Vinho Verde, do Lavrador, Gastronomia e Artesanato, de forma a completar algumas das informações recolhidas juntos dos artesãos.

A recolha da informação baseou-se na aplicação de técnicas de carácter qualitativo, entre as quais as entrevistas semi-dirigidas com base num guião pré-estabelecido.²

Todas as entrevistas foram registadas em áudio (gravação autorizada por todos os entrevistados), para uma melhor captação da informação. Para além deste registo recorri também ao registo fotográfico dos objectos artesanais e dos locais onde estes são comercializados.

A recolha de dados também se baseou na consulta e análise de fontes documentais existentes sobre o tema em estudo. Recorri a fontes documentais, tais como mapas, arquivos da Câmara Municipal e do Posto de Turismo; que me permitiram orientar-me no terreno e saber como estavam distribuídos os artesãos pelo Concelho, como também saber tudo o que já foi feito e recolhido anteriormente sobre o tema em estudo.

CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE CASTELO DE PAIVA

¹ As listas dos informantes entrevistados encontram-se em anexo (anexo I).

² Os guiões das entrevistas encontram-se em anexo (anexo I).

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O Concelho de Castelo de Paiva³, situado na faixa Litoral Norte, no distrito de Aveiro, está limitado geograficamente a Norte pelo Rio Douro que o separa do Concelho do Marco de Canavezes, Penafiel e Gondomar; a Sul por uma cordilheira de serras (a Serra Alta ou Alto de Santo Adrião, Cerquidelo, Gamarão e a Serra da Vala) que o separa do Concelho de Arouca; a Este pelo Rio Paiva que o separa do Concelho de Cinfães; e, a Oeste pelo Rio Arda, Serra do Cabeço de Sobreira e o Ribeiro de Areja que o separa do Concelho de Gondomar.

Este Concelho, tradicionalmente rural, circunscreve-se numa área de 115 km² distribuída por nove freguesias (Bairros, Fornos, Paraíso, Pedorido, Raiva, Real, Santa Maria de Sardoura, São Martinho de Sardoura e Sobrado), onde habitam 17 338 indivíduos⁴.

Apesar do Concelho de Castelo de Paiva se situar no litoral, ainda possui características que marcam o início da interioridade. Isto porque, por entre baldios, vinhas e socalcos montanhosos vislumbram-se pequenas aldeias, algumas delas banhadas pelos rios, que permanecem, a maioria delas, agrilhoadas ao passado não conseguindo acompanhar o ritmo de desenvolvimento que se tem instaurado no Concelho. As grandes extensões de pinhais contrastam com a edificação de grandes construções na sede do Concelho e noutras freguesias próximas a esta.

A rede de acessibilidades que estrutura o território de Castelo de Paiva apoia-se em três estradas nacionais: a EN222 que liga ao litoral, à área metropolitana e ao Douro Sul pela margem esquerda do Rio; a EN224 que liga ao Norte do Douro e, atravessando a frente montanhosa, à região do Centro; e, a EN225 que faz a ligação entre Castelo de Paiva, Cinfães e Castro Daire. Para além disso, o Concelho é ainda atravessado por estradas municipais e caminhos.

Porém, denota-se a reduzida capilaridade da rede de estradas, associada a um deficiente estado de conservação de parte considerável destas vias de comunicação. Este é um dos constrangimentos ao desenvolvimento, pois a sinuosidade e as más condições das estradas não atraem as pessoas.

³ Os mapas do Concelho de Castelo de Paiva encontram-se em anexo (anexo II).

⁴ Dado recolhido nos Censos 2001 pelo INE – Instituto Nacional de Estatística.

CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

Em termos demográficos o Concelho de Castelo de Paiva é marcado por retrocessos ao longo dos tempos, principalmente a partir do encerramento da maior fonte empregadora do Concelho – as Minas do Pejão⁵. A população residente no Concelho viveu de e para as minas. Era daí que advinham os rendimentos da maioria da população residente, principalmente daqueles que residiam nas freguesias que formavam o Couto Mineiro do Pejão (Paraíso, Pedorido e Raiva). Contudo, não eram apenas estes que beneficiavam com as minas, pois o desenvolvimento endógeno ficou a dever-se a elas, na medida em que eram os rendimentos que delas advinham que geravam outros rendimentos, nomeadamente no comércio.

O encerramento desta empresa num contexto de mono-economia destruiu toda a estrutura social. As pessoas não tinham emprego, nem perspectivas de o encontrar a curto prazo, assim só lhes restava sair do Concelho com a expectativa de encontrarem um posto de trabalho.

Este decréscimo da população também está relacionado com o ciclo natural da vida, visto que tem-se assistido um decréscimo na taxa de natalidade e um acréscimo na taxa de mortalidade. O decréscimo da taxa de natalidade verificado pode ser, de certo modo, explicado pelas transformações ocorridas na sociedade moderna: maior informação, planeamento familiar, pouco tempo disponível para os cuidados e atenções com os filhos, incremento na medicina e tecnologias afins, cuidados de saúde mais acessíveis, maior higiene e segurança, etc. O acréscimo da taxa de mortalidade dever-se-á ao ciclo natural, isto é, ao envelhecimento da população.

Em termos de grupos etários constata-se que os mais preponderantes são os de 25 – 64 anos (8 996 indivíduos⁶), o que nos permite tirar duas conclusões: existe uma elevada proporção de indivíduos em idade activa e encontramos-nos perante o fenómeno do envelhecimento populacional.

Para além disso, a população presente no Concelho tende a ser em maior número do sexo feminino (8 804 indivíduos) do que do sexo masculino (8 534 indivíduos⁷).

⁵ Encerradas na década de 90, mais propriamente no ano de 1994.

⁶ A restante população residente no Concelho de Castelo de Paiva estão repartidos pelas seguintes faixas etárias: 3 334 indivíduos com menos de 14 anos; 3 374 indivíduos entre os 15 e os 24 anos; e, 2 257 indivíduos com 65 ou mais anos. Dados recolhidos nos Censos 2001 pelo INE – Instituto Nacional de Estatística.

⁷ Dados recolhidos nos Censos 2001 pelo INE – Instituto Nacional de Estatística.

ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Durante muitos anos a economia concelhia gravitou em torno do sector primário. A agricultura e a extracção mineira eram as actividades económicas que prevaleciam. A extracção do carvão originou a reprodução de muito capital e era a maior fonte de emprego. Contudo após o encerramento das minas, na década de 90, houve um decréscimo do sector primário e o crescimento de outros sectores de actividade. Porém, ainda existem muitas pessoas que praticam a agricultura a tempo parcial como meio de aumentar os seus rendimentos, pois cultivam para consumo doméstico.

Em 2001, o total de população residente economicamente activa era de 7 826 indivíduos, sendo 4 575 do sexo masculino e 3 251 do sexo feminino⁸.

A população economicamente activa não se encontrava toda empregada, 649 indivíduos desta amostra populacional encontravam-se desempregados (207 do sexo masculino e 442 do sexo feminino). Contudo, 7 177 indivíduos (4 368 do sexo masculino e 4 451 do sexo feminino) encontravam-se empregados⁹.

A distribuição da população empregada por sectores de actividade é a seguinte: no sector primário trabalhavam 308 pessoas, no sector secundário trabalhavam 4 451 pessoas e no sector terciário trabalhavam 2 418 pessoas, que se subdividiam pelos serviços de natureza social e pelos serviços relacionados com actividades económicas. Em termos percentuais, o sector primário representava 9,0% do emprego, o sector secundário representava 62,4% e o sector terciário representava 28,6%¹⁰.

Em 2001, contabilizavam-se 1401 empresas sediadas no concelho; distribuídas por 2,1 % sector primário; 46,2 % sector secundário e 51,7 % sector terciário.

CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

⁸ Dados recolhidos nos Censos 2001 pelo INE – Instituto Nacional de Estatística.

⁹ Dados recolhidos nos Censos 2001 pelo INE – Instituto Nacional de Estatística.

¹⁰ Dados recolhidos nos Censos 2001 pelo INE – Instituto Nacional de Estatística.

O DESENVOLVIMENTO RURAL E LOCAL E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE

Durante muitas décadas os espaços rurais foram vistos como “territórios que eram suporte de um sistema “integrado” em que a agricultura, devido à sua hegemonia enquanto actividade económica, se apresentava como “organizadora da sociedade e dos espaços rurais”. Contudo, devido a crise que se fez sentir na agricultura como consequência da aplicação de políticas ditadas pela evolução dos mercados, veio também a crise da sociedade rural, desencadeando a perda de vitalidade demográfica e uma “sobra” crescente de espaços agrícolas, levando a uma crescente debilidade económica e social. (Caldas, 2003:534)

De forma a combater esta debilidade, a partir dos anos 60, o desenvolvimento do mundo rural começa a ser uma preocupação na Europa, com a entrada em vigor da Política Agrícola Comum (PAC) e com a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) em 1974, com o objectivo de conseguir o “equilíbrio regional e o desenvolvimento das estruturas económicas e sociais.” (Fernández de Larrinoa, 2000; cit. Pereiro, 2003:241). É então, desta forma, que nasce o conceito de desenvolvimento rural.

Para alguns autores o desenvolvimento rural coincide com o desenvolvimento local; para outros o desenvolvimento rural é uma das escalas territoriais de intervenção do desenvolvimento local (onde está também incluído o desenvolvimento no meio urbano). (Rodríguez González, 1988; cit. Pereiro, 2003)

Contudo, tal como afirma Pereiro (2003), quer o desenvolvimento local como o desenvolvimento rural incidem em determinados objectivos:

- Diminuir os desequilíbrios espaciais no crescimento económico;
- Melhorar as condições de vida da população integrando os aspectos económicos, políticos, sociais e culturais;
- Contribuir para o equilíbrio e a coesão territorial e social;
- Coordenar as políticas públicas de intervenção económica e ordenação territorial.

Para além disso, Pereiro (2003) salienta que o desenvolvimento local e rural implica:

- Uma perspectiva global e integral (económica, social, política, etc.);
- A participação local;
- A sustentabilidade dos seus projectos;
- A utilização de recursos próprios (endógenos);
- A melhoria do bem-estar e a qualidade de vida por meio da utilização de recursos próprios;

- Descentralização;
- Iniciativa local com ajuda ou acompanhamento externo;
- Interligação local-global. O local precisa de jogar com certas regras do global.

Em 1990, a OCDE refere o desenvolvimento rural como uma via importante e pertinente para a viabilidade das populações em áreas rurais. Compreende aspectos que vão desde educação, ao ambiente, à saúde individual e pública, à habitação, aos serviços públicos e acessibilidade, à capacidade de liderança e do governo, à herança cultural, bem como aspectos sectoriais e económicos. (Diniz, s.d.)

Para Caldas (2003), as questões ligadas ao património e à patrimonialização têm lugar destacado na actual agenda do desenvolvimento local (e rural). Só a partir dos anos 70, é que o património cultural começou a ser tido em conta nestes processos de desenvolvimento rural. O património cultural assume, cada vez mais, um papel importante nos projectos de desenvolvimento rural, isto porque, é ele que torna um território específico e diferencial, sendo que, essa diferenciação surge como uma vantagem determinante.

Segundo Reis (1998) o desenvolvimento rural tem partido muito da descoberta e valorização dos chamados recursos endógenos, daquilo que faz a diferença e que pode constituir-se como “imagem de marca” de um local. Os saberes tradicionais, “tesouros” umas vezes bem guardados outros quase perdidos fazem parte desse património herdado de gerações cuja recuperação e renovação tem revitalizado comunidades e tem afirmado no mercado produções que se julgavam condenadas à extinção, quer a nível dos produtos agro-alimentares tradicionais, quer nas artes e ofícios.

Porém, para que o desenvolvimento seja viável e durável é necessário que a população participe e não apenas deixa-lo nas mãos do estado e das empresas.

Tal como afirma Melo (1998), a participação activa nas decisões sobre os empreendimentos locais de carácter cultural, ecológico e económico, a sociedade civil está a lutar simultaneamente por melhores condições de vida e por uma democracia mais ampla. O futuro do mundo rural depende de um compromisso geral por parte da sociedade global para preservar o que dele resta hoje em dia, dando o real valor à qualidade do seu ambiente e dos seus produtos. O rural também vai depender da sua capacidade para se afirmar, para se organizar, para melhorar a sua qualidade de vida com base nos seus próprios recursos humanos e naturais.

Assim sendo, o desenvolvimento rural deve ser essencialmente promovido, protagonizado e vivido pelas populações locais, preservando, potencializando e valorizando a sua identidade cultural.

O CONCEITO DE PATRIMÓNIO CULTURAL E A INCLUSÃO DO ARTESANATO NESTE CONCEITO

Num contexto de globalização, as condições económicas, sociais, políticas e culturais são parte integrante de um sistema-mundo no qual estado e indivíduo perdem grande parte da sua autonomia para um sistema de conexões mundiais. Assim, e ao mesmo tempo que se verifica uma tendência para a universalização ou “mundialização da cultura”, subsistem modalidades de identificação particulares que articulam os referentes culturais locais com aqueles que são importados. Com efeito, face às tendências de homogeneização cultural assiste-se frequentemente a um resgate do passado, (re)construído pelo presente mediante a patrimonialização dos elementos culturais locais. (Anico, 2004)

O conceito de património cultural refere-se aos elementos e manifestações tangíveis ou intangíveis que possuímos, herdados dos nossos ascendentes. É através do património como herança colectiva do passado que permite aos indivíduos de uma sociedade possuir a sua riqueza cultural e a sua própria identidade.

Segundo Anico (2004:2) “o património resulta, em primeiro lugar, de um processo de reconhecimento e selecção de determinados referentes, projectando-se e encontrando a sua justificação numa valorização que remete para o seu carácter simbólico, isto é, com a sua necessidade de preservação em virtude do significado que encerra para o colectivo, bem como para a sua rentabilidade social, ou seja, a sua utilidade e funcionalidade no plano social e económico. Assim, e para além da sua ligação ao passado histórico, o património funciona como uma ferramenta de formação identitária, um instrumento de afirmação e legitimação de grupos sociais e, ainda, como estratégia para a captação de recursos”.

Não obstante, e ainda que possa ser caracterizado como um processo de representação cultural baseado no passado e nas especificidades culturais locais, o património não deve ser confundido com a história ou com os testemunhos materiais e tangíveis do processo histórico, mas antes “como uma interpretação ou recriação da história, uma história ficcionada que transmite mitos de origem e de continuidade, que para além de dotar um grupo de um sentimento de pertença comum.” (Lowenthal, 1998; cit. Anico, 2004: 3)

Desde os anos 50 que o conceito de património cultural tem sido redefinido e ampliado, através das convenções e recomendações da UNESCO centradas nesta temática.

Actualmente, o conceito de património cultural não inclui somente os monumentos e manifestações do passado (sítios e objectos arqueológicos, arquitectura colonial e histórica, documentos e obras de arte), mas também o que é designado de património vivo; as diversas manifestações da cultura popular (indígena, regional, urbana), as povoações ou comunidades tradicionais, as línguas indígenas ou tradicionais, o artesanato e as artes populares, a indumentaria, os conhecimentos, valores, os costumes e tradições, características de um grupo ou cultura. Este último constitui o património intelectual, isto é, as criações da mente, como a literatura, as teorias científicas e filosóficas, a religião, os ritos e a música, assim como os padrões de comportamento e a cultura que se expressa nas técnicas, a história oral, a música e a dança. (Casasola, 1990; cit. Fernández, 2004:3). Estes últimos mostram a vida quotidiana, tecnologia, crenças e modos de vida que outrora não eram tidos em conta.

Assim sendo, não só o passado é recuperado, como também são exaltadas todas as actividades e expressões que se possam converter num instrumento ao serviço do fortalecimento da identidade de uma comunidade. O património é, assim, uma construção social, historicamente determinada, e em permanente reconfiguração.

Segundo Anico (2004) a valorização social do património faz com que se desenvolvam acções no sentido do resgate e activação do património cultural, protagonizadas por vários agentes locais, em particular, pelos poderes instituídos. Estes vêm aqui uma oportunidade de rentabilidade simbólica, através da legitimação das suas opções políticas, bem como de rentabilidade económica, mediante a utilização do património como factor de promoção local e captação de fluxos turísticos e, como consequência, de desenvolvimento local.

Segundo Simões (1998) deve-se preservar e conservar o património cultural e ecológico da região, mas também é necessário incrementar a inovação e incentivar a transformação e a mudança desse multifacetado património, em factores e vectores de desenvolvimento regional e local.

O CONCEITO DE ARTESANATO E AS FORMAS DE SALVAGUARDA-LO

Assim sendo, o artesanato está incluído no conceito de património cultural. Mas o que é o artesanato?

Artesanato: “1) Grupo social formado pelos artesãos ou artífices independentes; conjunto de artesãos de uma região. 2) Sistema de produção autónomo, em que o fabrico manual e venda de produtos são realizados por um ou vários artífices, para eles revertendo o lucro de transacção. 3) Conjunto de produtos, de cunho acentuadamente tradicional ou popular, resultante da actividade dos artesãos”. (*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, vol. I: 368)

Segundo Herrera (1986) este conceito surgiu com o seu actual significado ao mesmo tempo que a produção em grande escala, de modo a diferenciar entre os objectos obtidos por este método, idênticos entre si, e os elaborados um por um e que reflectem a personalidade do seu artífice.

Herrera (1986) afirma ainda que quando se emprega a palavra artesanato ocorrem-nos os seguintes significados:

- Objectos que se realizam à mão. Contudo, apesar do artesão trabalhar fundamentalmente com as mãos, muitos deles têm que recorrer a máquinas (por exemplo: o sapateiro recorre a máquina de coser);
- Todas as peças são diferentes entre si. Porém, essa diferença tem que ser a menor possível entre umas e outras, como ocorre com um vasilhame, uma medida ou qualquer outro objecto em que a forma e o tamanho tem importância para cumprir bem a sua função;
- Objectos cuja realização é levada a cabo um por um.

Herrera (1986) também evidencia algumas características comuns quando se fala em artesanato:

- O artesão, contrariamente ao trabalhador fabril, conhece todo o processo de elaboração de um objecto;
- Os ofícios artesanais são executados por pessoas que trabalham sozinhas e em pequenas oficinas, geralmente familiares.
- Outra característica comum aos artesãos é a escassa remuneração pelo trabalho realizado. Isto faz com que muitos deles abandonem o seu trabalho, substituindo-o por outro, e que as novas gerações não tenham interesse em continua-lo.

Para Lima (2003:45) falar de artesanato “é falar do povo, numa generalização que hoje já faz pouco sentido face ao crescente número de artesãos originários de outros extractos sociais e com saberes aprendidos (ou aprofundados) por outras vias, que não as da tradição ou da aprendizagem familiar”.

Canclini (1989) afirma que o artesanato apresenta três funções: a sua função económica (são instrumentos para a reprodução social); a sua função política (lutam pela hegemonia) e a sua função psicossociais (constroem o consenso e a identidade).

Mas quais foram as causas do nascimento e evolução do artesanato?

Segundo Herrera (1986:13) o artesanato “nasceu da importância de obter uma série de artefactos de primeira necessidade para a realização das funções económicas e sociais”. A realização de todos estes objectos artesanais era levada a cabo, no princípio, pelo próprio usuário, devido à necessidade do auto-abastecimento de grande parte dos produtos básicos. No meio rural, tudo que era consumido era elaborado tradicionalmente, devido ao isolamento e à pouca capacidade económica de aquisição, pois vivia essencialmente da agricultura. Assim, devido ao contacto diário com as matérias-primas – madeira, palha, lã, etc. – a uma grande quantidade de horas livres em determinados períodos do ano (principalmente no Inverno, período em que há menos trabalho nas terras), e a uma mentalidade em que nada era desperdiçado, deu lugar a uma série de artesanato doméstico.

Posteriormente, com o avanço da economia, surgem os artesãos especializados, que trocam o seu trabalho por dinheiro ou por outros produtos. A dificuldade do camponês em auto-abastecer-se, devido à inexistência de matérias-primas ou a complexidade dos sistemas necessários para a transformação destas em artefactos também contribuíra para o surgimento destes artesãos. Estes dedicam-se apenas a um determinado ofício, contrariamente aos anteriores que produziam todos os utensílios que necessitavam.

Porém, o crescimento da produção em massa e o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, fizeram com que chegassem novos produtos ao meio rural, mas também levou a sua debilidade devido à migração para a cidade provocaram um câmbio completo no artesanato. Assim como, a introdução nas casas de água, de luz e de gás, acabam com a funcionalidade de grande parte do artesanato e conseqüentemente com alguns usos – as candeias e lampiões e às reuniões à volta destas à lareira, cântaros para ir a fonte, os serões à volta da lareira e preparar as matérias-primas para fazer os objectos, etc.

Como consequência disso, algumas artes tradicionais perderam-se total ou parcialmente, sendo substituídas por produtos similares, enquanto que outras foram subsistindo a maior parte deles modificados, adaptando-se as novas exigências de um consumidor diferente em gostos e modos de vida. (Herrera, 1986)

Tudo isto leva-nos a intervir para o artesanato não desapareça definitivamente, pois este faz parte de uma cultura e dum modo de ser, além disso pode gerar recursos económicos, criar empregos, produção de arte e beleza, e em muitos casos funcionar como instrumento pedagógico.

Alguns autores apresentam algumas medidas para a preservação do artesanato. Para Ferreira (1983:140-144) a defesa e preservação do artesanato deve passar pelos seguintes passos:

- 1) Promoção e divulgação do conhecimento desse património. Para tal é necessário fazer, inicialmente, o levantamento e classificação de todas as formas, elementos e actividades culturalmente significativas da região. Este levantamento, “devidamente instruído, publicado e divulgado é condição prévia essencial para uma actuação criteriosa”, quer directamente sobre o património (por exemplo intervenções relativas ao artesanato e modo de o tornar activo e rentável) quer indirectamente sobre sectores cujas actividades muito podem afectar esse património (por exemplo instalação de unidades industriais ou turísticas).
- 2) Promoção do seu uso, que deve ser “entendido e praticado de acordo com a natureza, situação e estágio evolutivo do elemento patrimonial considerado em cada caso.”
- 3) A última medida consiste numa acção de educação e promoção da consciência e utilização desse património local.

Contudo, a maior aposta, por parte da maioria dos autores, para a preservação do artesanato está na sua utilização como recurso turístico e, conseqüentemente, na sua comercialização.

Segundo Neves (2003) os espaços rurais, sob o ponto de vista dos recursos, caracterizam-se pela coexistência de uma grande variedade de produtos turísticos, que respondem à procura de contacto com a natureza, à (re)descoberta de origens e identidades, à fruição de produtos tradicionais genuínos e naturais. Na composição do produto turístico das áreas rurais predomina essencialmente a diversidade dos recursos existentes: naturais, histórico-arquitectónicos (imóveis de carácter erudito, religioso, monumental, ou mesmo de arquitectura corrente) e culturais (tradições festivas, feiras dos produtos regionais, gastronomia, usos e costumes, modos de produção artesanal, etc.).

Contudo, para Silva (1988:8) a intervenção correctora no domínio da comercialização é uma das necessidades principais e das que mais exigem o contributo da administração pública e dos órgãos de poder local. É, aliás, um domínio em que parece claramente positivo – no que respeita quer à subida dos rendimentos dos artesãos, quer ao melhor escoamento da

produção, quer à defesa da qualidade dos produtos e combate a sucedâneos e imitações. Silva afirma também a formação de novos produtores.

Para Pires “uma potencialidade que aponta no sentido de uma valorização mais global do artesanato, a ênfase que está a dar ao próprio modo de produção entendida como estratégia de animação local é a definição do artesanato como recurso turístico.” (Pires, 2003:52). O turismo cultural constitui uma aposta de possibilidades que poderá, nalguns casos, ser decisivo na sobrevivência dos ofícios tradicionais.

Também Ferreira (1983:117) defende que é necessário promover uma organização da comercialização, defendendo quatro razões que motivam a compra de artesanato:

- Utilitárias: compra-se porque é um instrumento útil e necessário;
- Simbólicas: compra-se uma peça que representa, evoca e inspira os valores dum certo universo cultural;
- Estéticas: compra-se por uma certa e determinada apreciação das formas, cores e capacidade decorativa;
- Manifestativas: compra-se porque se pretende uma “recordação” dum lugar, um documento de que se esteve “lá”, de que se viajou e se frequentaram locais e centros cujo conhecimento e frequência correspondem a um certo prestígio, que pode vir do exotismo, da distância, da moda, do domínio e arbítrio preponderante. Este prestígio reverte obviamente sobre quem ostenta uma peça dessas em casa. (Ferreira, 1983:125).

Segundo Canclini (1989:148) podemos distinguir quatro tipos de consumo artesanal:

- O prático, dentro da vida quotidiana (vasilhas, roupa, etc.);
- O cerimonial, ligado a actividades religiosas ou festivas (máscaras, cerâmica com cenas sacras, etc.);
- O sumptuário, que serve de distinção social a sectores com alto poder aquisitivo (joalheria, móveis lavrados, etc.);
- O estético ou decorativo, destinado a decorar, especialmente as casas.

Santana afirma que o artesanato, “segundo o tipo de consumidor turístico e de destino, poderá ser identificado pelas suas características mais óbvias: pequeno, barato, não demasiado exótico e possuir a qualidade de conotar simbolicamente a região visitada.” Este afirma-se como uma identificação do grupo frente ao exterior, “manifestando-se como um dos símbolos materiais estereotipados que o representam.” (Santana, 1997:100)

Segundo Desvallés (2001) desde os anos oitenta que se assiste ao desenvolvimento da mercantilização da cultura. Todo o património cultural, inclusive o artesanato, tornou-se mercadoria. Desde então, o turista é frequentemente encarado como um “porta-moedas ambiente”. (Desvallés, 2001:8)

Assim, Graburn (1984) define uma linha evolutiva seguida pelo artesanato nas últimas décadas, começando pelo *artesanato tradicional*, fundamentalmente utilitário e funcional, perante um mercado potencial originalmente local-urbano. Posteriormente, com o progresso do mercado turístico passamos a uma *réplica comercializada* do artesanato tradicional, no qual o objecto artesanal se adapta, mantendo as formas tradicionais e cuja autenticidade é garantida por ser produzida por um artesão. Está destina-se a um comprador que conhece o objecto originário, seu uso e lugar no povo a que pertence.

Posteriormente, com a chegada do turismo de massas, a anterior réplica criada para a comercialização é agora adaptada para uma massa importante de compradores adquirindo duas características fundamentais: deve ser transportável e barato. Assim surge o *souvenir*, um objecto no qual seu comprador, normalmente, desconhece o artesanato tradicional funcional daquela região. Estes objectos são adaptados, de tal forma, às expectativas dos potenciais compradores que os habitantes locais não os reconhecem como representação e identificação do grupo.

Paralelamente, e devido, principalmente, ao cambio cultural, a partir das formas tradicionais se produz um *artesanato recriado* que integra o tradicional com elementos surgidos da evolução da região. Esta nova forma de artesanato destina-se ao mercado local, para um reduzido grupo de compradores intelectuais que o adquirem mais por um afã colecionista ou de ostentação de um nível social, não pelo seu valor utilitário, perdido com o passar do tempo e a modernização dos usos quotidianos.

Neste processo de mudança, outra forma de artesanato surge é o *artesanato assimilado* que se associa às tendências homogeneizantes actuais. Este tipo de artesanato apresenta características não presentes nas formas anteriores, devido ao acesso a novos meios de produção e matérias-primas, assim como o contacto com outros artesãos e artesanato donde se podem observar os elementos e fases construtivas do objecto suficientes para a sua posterior cópia e adaptação cultural. (Santana, 1997:101-102)

CAPÍTULO 4 – TRABALHO EMPÍRICO

O ARTESANATO DO CONCELHO DE CASTELO DE PAIVA

O fabrico de artefactos em cobre; a confecção de passadeiras e tapetes em tiras e de outras peças em linho, em teares rudimentares; a tapeçaria de Arraiolos; a cestaria em vime; o fabrico de miniaturas de construções tradicionais em pedras de xisto e lousa e de outras miniaturas em madeira que reproduzem estruturas e objectos ligados ao trabalho agrícola e aos usos e costumes que caracterizam este concelho rural; e, os bordados e as rendas são o artesanato característico do Concelho de Castelo de Paiva. Porém, os trabalhos em cobre são os mais representativos da identidade deste concelho.

Todo este artesanato provém de várias gerações anteriores, que começaram a utilizar, engenhosamente, as matérias-primas disponíveis no meio para o fabrico dos artefactos necessários no dia-a-dia e para suprir as necessidades económicas com a venda destes. Assim, passaram às gerações seguintes este legado cultural representativo da identidade de Castelo de Paiva.

Apesar das dificuldades que o artesanato tem vindo a passar nos últimos tempos, os artesãos de Castelo de Paiva continuam a dedicar-se a esta arte de forma a manter a “tradição” e ocuparem os tempos livres, pois a venda dos artefactos artesanais já não é como em tempos.

Se viesse algum (dinheiro) era bom, mas como não vem nada faço isto por gosto, mas quer vendesse ou não vendesse continuo a fazer isto por e com gosto. E como eu digo, se a pessoa vendesse, mas não vende, mas eu continuo a fazer sempre, eu continuo a fazer sempre, eu gosto de fazer estas coisas. (Aníbal Vieira, Portelinha – Real, 23 de Agosto de 2006).

Também o artesanato sofreu, ao longo dos últimos anos, alterações a dois níveis: nas suas funções e no tamanho (miniaturização dos objectos), de forma a adaptar-se as exigências dos novos consumidores.

Relativamente às suas funções, constata-se que a maioria dos artefactos passaram por uma refuncionalização, adquirindo alguns deles uma função meramente decorativa, como o caso dos cobres; enquanto que outros, apesar de continuarem a ser utilizados, adquiriram uma nova função: as cestas que antes eram utilizadas nos trabalhos das terras agora são utilizadas para colocar flores na casa, para guardar o pão ou fruta, etc.

Essa refuncionalização dos artefactos resulta do crescimento da produção em massa, do desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação que fizeram com que chegassem novos produtos ao meio rural e do abandono das terras.

Agora as pessoas só quer para decorar, ninguém usa. (Maria Ferreira, Monte da Carvalhosa – S. Martinho de Sardoura, 29 de Agosto de 2006).

Há muitos que compram para enfeites, essas cestas para pôr flores na sala, há muita gente. (...) Antigamente não, isso é mais agora, tem mais procura, antigamente não se usava por essas coisas na sala era tudo para a lavoura, agora as pessoas gostam, gostam mais disso. (Aníbal Vieira, Portelinha – Real, 23 de Agosto de 2006).



Foto 1 – Cestas em vime
(23 de Agosto de 2006)

Quanto à miniaturização dos artefactos, esta surgiu acerca de 15/20 anos, aquando o começo das idas dos artesãos para as feiras de artesanato e com a abertura do Posto de Turismo. A maior parte dos artesãos começaram a produzir miniaturas das peças existem até então em tamanho real, pois começavam a ter mais procura por parte dos turistas, devido a estes procurarem coisas pequenas, baratas e fáceis de transportar.

Vende-se mais depressa uma miniatura do que uma peça grande, pois uma peça pequena cabe em qualquer lado e as grandes já não. É para decorar um móvel ou assim. (Carlos Araújo, Fontainhas – Raiva, 21 de Agosto de 2006).

Desde então, quase todos os artesãos dedicam grande parte do seu tempo na realização de miniaturas, havendo mesmo artesãos que só se dedicam, exclusivamente, a miniaturização. Isto porque, apesar de acharem que as miniaturas dão mais trabalho a produzir devido a serem mais minuciosas, têm mais saída nas feiras de artesanato e no Posto de Turismo. Contudo, isso só se verifica entre o mês de Maio a Setembro, altura em que existe um maior fluxo de turistas no Concelho, assim como, é o período em que decorrem as feiras de artesanato em que participam.

As miniaturas levam sempre mais tempo, é mais fácil fazer uma peça normal do que fazer em miniatura. Por exemplo, um ancinho, eu fazia mais depressa um em tamanho real do que faço uma miniatura daquela, porque é uma coisa muito pequena, depois tem que se ter cuidado para não partir a madeira. Mas é o que se vende melhor. (António Gonçalves, Cruz da Agra – S. Martinho de Sardoura, 29 de Agosto de 2006).

Porém, não só surgiram as miniaturas dos artefactos já existentes como, também, foram criadas outras, caracterizadoras das actividades e modos de vida deste meio rural, tais como: os artefactos agrícolas e as construções tradicionais.

O que eu faço mostrar o passado que se viveu. (...) Aquilo que nossos pais e nosso avós passaram e como é que era a vida, o que eles usavam para trabalhar. Relata o que eles usavam para trabalhar as terras. (António Gonçalves, Cruz da Agra – S. Martinho de Sardoura, 29 de Agosto de 2006).

Foto 2 – Miniaturas em madeira
(29 de Agosto de 2006)



Contudo, houveram artefactos que se extinguiram devido à pouca procura, entre os quais: as mantas e o vestuário em linho.

Outros, porém, começaram a ter mais procura nos últimos anos devido à maior necessidade de ornamentação das casas: passadeiras e tapetes, toalhas em linho, rendas e bordados.

Eu vendo mais do que antes, não há comparação. Há um tempo atrás ninguém ligava, agora toda a gente quer (...) Agora não ter Arraiolos em casa e como não ter uma peça em renda, uma toalha de renda. (Alexandrina Silva, Lixa – Fornos, 1 de Setembro de 2006).

Ainda há muito interesse pelo linho. Eu sempre tive muito trabalho, agora tenho tanto trabalho como naquela altura. Só que, naquela altura, a gente tecia mais por uma necessidade, era mais a base de mantas porque as pessoas precisavam. As pessoas tinham necessidade de mantas para se aquecer era mantas o que a gente tecia mais ou lençóis. Agora não, agora isto já é uma coisa que é mais para, a não ser umas passadeiras para o chão e umas toalhas para a mesa, de resto é para ter umas recordações. É como, pronto, quando a gente comprar uma coisa para ter de estimação, que gosta de ter, uma coberta bonita, uma toalha bonita bem trabalhada. Agora as

peessoas só usam para certas alturas, uma festa ou assim. Estas pessoas gostam nestes jantares grandes de pôr uma toalha em linho bonita. Ou até uma toalha pequenina para dar de presente alguém, é uma peça muito valiosa que se pode dar como prenda a alguém. (Adélia Tavares, Carquejedo – Pedorido, 21 de Agosto de 2006).



Foto 3 – Passadeiras em tiras
(23 de Agosto de 2006)

Relativamente à inscrição nas peças apenas uma minoria dos artesãos colocam, sempre ou algumas vezes, inscrição nos artefactos produzidos, sendo esta as iniciais do primeiro e último nome, ou a assinatura dos mesmos. Segundo eles, esta é uma forma de reconhecimento perante os outros e, conseqüentemente, fazer publicidade.

A marca para mim é como uma garantia de qualidade, de ser conhecido. É capaz de quem fabrique isto sem ser eu, aqui no concelho não, mas noutros sítios sim, não é? Assim sabem quem fez. É quase como uma patente na peça, a assinatura funciona quase como uma patente. Assim sei que se está assinada é porque fui eu que fiz. (António Gonçalves, Cruz da Agra – S. Martinho de Sardoura, 29 de Agosto de 2006).

O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO

O processo de comercialização é realizado na casa do artesão, nas feiras quinzenais e anuais, nas feiras de artesanato e no Posto de Turismo de Castelo de Paiva.

A comercialização realizada em casa dos artesãos é o meio mais antigo e completo, pois permite ao consumidor o contacto directo com o artesão e com o seu trabalho. Contudo, verifica-se uma maior afluência, a casa dos artesãos, por parte das pessoas da localidade onde este reside ou pelos próprios familiares. Esporadicamente, aparece uma ou outra pessoa de “fora” recomendado por algum amigo que conhece o artesão em causa ou algum revendedor interessado em comprar grandes quantidades de artefactos para a sua posterior venda em outros locais.

Também tenho um revendedor que me gasta centenas deles (cestos), vem cá com uma carrinha buscar o que precisa.(...) Vendo ao revendedor por mais barato para ele ganhar algum, não é? Prefiro vender a ele do que andar eu por aí a perder dias nas feiras. (António Cunha, Cruz da Agra – S. Martinho de Sardoura, 6 de Setembro de 2006).

Contudo, alguns artesãos, principalmente os que produzem os artefactos em cobre, abriram os seus próprios espaços de venda (do seu artesanato) no rés-do-chão das suas casas.



Fotos 4 e 5 – Espaço de venda de um artesão
(6 de Setembro de 2006)

Relativamente às feiras quinzenais e anuais onde participam os artesãos, estas ocorrem no Concelho de Castelo de Paiva e noutros concelhos limítrofes: Cinfães, Arouca, Marco de Canavezes, entre outros. Estas feiras foram o primeiro meio de comercialização exterior utilizado pela maioria dos artesãos.

Naquele tempo ia tudo à feira, mais do que em casa. (Aníbal Vieira, Portelinha – Real, 23 de Agosto de 2006).

É nestas que os artesãos vendem grande parte das peças maiores, contactando directamente com o consumidor.

Quanto às feiras de artesanato, os artesãos participam actualmente em duas feiras de artesanato: Feira do Vinho Verde, do Lavrador, Gastronomia e Artesanato e a Feira do “Séc. XIX”.

Estas duas feiras são realizadas na Vila de Sobrado¹¹ e organizadas pela Câmara Municipal e pela ADEP- Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Castelo de Paiva¹², respectivamente.

¹¹ Freguesia sede do Concelho de Castelo de Paiva.

¹² Associação de Castelo de Paiva com sede na freguesia de Sobrado.

A primeira, realizada no primeiro fim-de-semana do mês de Julho, teve a sua 9ª edição este ano (2006). Nesta feira participam apenas os artesãos do concelho, que são contactados previamente pela Câmara Municipal para confirmação da sua presença.

A segunda, realizada no primeiro fim-de-semana do mês de Outubro, realizou-se pelo quarto ano consecutivo, contando sempre com a presença de artesãos de dentro e fora do concelho.

Em ambas as feiras cada artesão, colocado no seu respectivo stand, é responsável pela venda dos seus artefactos, permitindo desta modo, o contacto entre produtor e consumidor.

Nestas feiras de artesanato os artefactos mais comercializados são as miniaturas. Para além disso, é nestas que são adquiridos mais artefactos por parte dos visitantes e/ou turistas ao concelho.

Segundo os artesãos estas permitem o convívio entre eles, a promoção do artesanato, mas principalmente, uma maior possibilidade de venda.

Eu gosto de participar nas feiras, gosto de divulgar o meu trabalho. E depois o convívio também é muito bom. Estamos ali todos aqueles dois ou três dias a conviver todos, é muito bom. Só mesmo pelo convívio também vale a pena participar. Mas também é onde eu consigo vender mais qualquer coisa. (Carlos Araújo, Fontainhas – Raiva, 21 de Agosto de 2006).

Foto 6 – Feira do Vinho Verde, do Lavrador, Gastronomia e Artesanato (1 de Julho de 2006)



Relativamente ao Posto de Turismo, este foi criado no ano de 1990, estando sobre a posse da Região de Turismo Rota da Luz¹³. Este encontra-se situado na Vila de Sobrado¹⁴, no edifício do antigo estabelecimento prisional do concelho.

¹³ Região de Turismo que abrange todos os concelhos do Distrito de Aveiro, inclusive o Concelho de Castelo de Paiva.

¹⁴ Freguesia sede do Concelho de Castelo de Paiva.

Neste Posto de Turismo a funcionária responsável pelo funcionamento do espaço é a intermediária entre o artesão e o consumidor.

Esta é encarregada de fazer a compra das peças quando estas estão em falta, encarregando-se também de contabilizar as compras e as vendas todos os meses.

A comercialização influencia a encomenda de determinadas peças de artesanato, devido à maior procura que algumas têm, como é o caso dos coppers, das miniaturas em madeira e das construções tradicionais. As miniaturas continuam a ser o que mais se vende.

No Posto de Turismo verifica-se uma maior afluência de consumidores entre os meses de Maio a Setembro, sendo os principais compradores os visitantes e/ou turistas.

As pessoas têm interesse pelo nosso artesanato, embora este seja mais procurado por pessoas de fora do que pelas de cá. (...) A altura do ano que se vende mais artesanato é no período de Maio a Setembro, quando existe uma maior afluência de turistas. (Helena Silva, Posto de Turismo – Castelo de Paiva, 12 de Setembro de 2006).



Fotos 7 e 8 – Posto de Turismo de Castelo de Paiva (12 de Setembro de 2006)

Em todos estes processos de comercialização o preço é sempre estipulado pelo próprio artesão. Estes estipulam um preço que permita a comprar do artefacto, não tendo em conta o material e o tempo gasto no processo de produção pois assim ninguém o compraria.

Regulo mais ou menos o preço. Tento fazer um preço, não justo, mas que dê para alguém comprar, não é? (Ermelinda Rocha, Vinha da Paradela – Bairros, 23 de Agosto de 2006).

Faço uma casa daquelas em dois dias, e depois vendo por 30€, não paga o trabalho que deu, mas não posso fazer mais caro. (Carlos Araújo, Fontainhas – Raiva, 21 de Agosto de 2006).

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES

Artefactos em cobre, tecelagem, tapeçaria, cestaria, miniaturas de construções tradicionais, miniaturas em madeira, bordados e rendas fazem parte do artesanato existente no Concelho de Castelo de Paiva.

Estes artefactos surgiram da necessidade quotidiana destes obrigando muitos homens e mulheres à sua fabricação, tal como afirmará Herrera (1986:13) “o artesanato nasceu da importância de obter uma série de artefactos de primeira necessidade para a realização das funções económicas e sociais”.

Em algumas ocasiões e lugares também se faziam artefactos em maior número do que se necessita, o qual permitia a sua venda ou intercâmbio por outros produtos, geralmente através das feiras quinzenais ou anuais, constituindo, desta forma, um elemento importante na economia doméstica.

Porém actualmente, os artesãos, herdeiros deste legado cultural, dedicam-se apenas ao fabrico destes artefactos artesanais para ocupar os tempos livres e manter a “tradição”, pois o artesanato não é vendido como outrora. O que contribuirá, certamente, para que estes ofícios artesanais não passem para as gerações vindouras. Segundo Herrera (1986) a escassa remuneração que os artesãos recebem pelo trabalho realizado, “faz com que muitos deles abandonem o seu trabalho, substituindo-o por outro, e que as novas gerações não tenham interesse em continua-lo.”

Relativamente ao artesanato, este também sofreu, ao longo dos últimos anos, alterações a dois níveis: nas suas funções e no tamanho (miniaturização dos objectos).

Quanto às suas funções, constatou-se que a maioria dos artefactos passaram por uma refuncionalização, adquirindo alguns deles uma função meramente decorativa, enquanto que outros, apesar de continuarem a ser utilizados, adquiriram uma nova função.

Essa refuncionalização dos artefactos resulta do crescimento da produção em massa, do desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação que fizeram com que chegassem novos produtos ao meio rural e do abandono das terras. É graças à refuncionalização que alguns artefactos continuam a sobreviver em tempos de concorrência.

Quanto à miniaturização dos artefactos, esta surge acerca de 15/20 anos, aquando o começo das idas dos artesãos para as feiras de artesanato e com a abertura do Posto de Turismo.

A maior parte dos artesãos começaram a produzir miniaturas das peças existem até então em tamanho real, pois começavam a ter mais procura por parte dos turistas, devido a estes procurarem coisas pequenas, baratas, fáceis de transportar e que representem a identidade do povo de Castelo de Paiva. Tal como afirmará Santana (1997:100) “o artesanato, segundo o tipo de consumidor turístico e de destino, poderá ser identificado pelas suas características mais óbvias: pequeno, barato, não demasiado exótico e possuir a qualidade de conotar simbolicamente a região visitada.” Este afirma-se como uma identificação do grupo frente ao exterior, “manifestando-se como um dos símbolos materiais estereotipados que o representam.”

Porém, não só surgiram as miniaturas dos artefactos já existentes como, também, foram criadas outras, caracterizadoras das actividades e modos de vida deste meio rural, tais como os artefactos agrícolas e as construções tradicionais.

Assim, quase todos os artesãos dedicam grande parte do seu tempo na realização de miniaturas, havendo mesmo artesãos que só se dedicam, exclusivamente, a miniaturização.

Relativamente ao processo de comercialização, este é realizado na casa do artesão, nas feiras quinzenais e anuais, nas feiras de artesanato e no Posto de Turismo.

Enquanto que em alguns deles é possível o contacto directo entre o artesão e o potencial consumidor em outros existe a intervenção de um intermediário.

Para além disso, nos dois primeiros meios de venda referidos, verifica-se uma maior afluência por parte dos locais, enquanto que nos restantes existe uma maior afluência por parte dos visitantes e/ou turistas.

Porém, apesar dos visitantes e/ou turistas terem facilmente acesso ao artesanato do concelho, essencialmente através do Posto de Turismo, verifica-se a inexistência de qualquer tipo de informação sobre o artesanato, os artesãos e os locais de venda de artesanato no *site* da Câmara Municipal e da Região de Turismo Rota da Luz, bem como no Posto de Turismo a inexistência de informação sobre os artesãos que produzem os artefactos artesanais ali expostos e à venda.

Talvez este seja um factor importante para a pouca procura, por parte dos visitantes e/ou turistas, de artesanato nas casas dos artesãos.

Em todos estes processos de comercialização o preço é sempre estipulado pelo próprio artesão.

Para finalizar, concluí-se que o artesanato do Concelho de Castelo de Paiva pode ser facilmente adquirido pelos visitantes e/ou turistas que visitam este Concelho e, particularmente, por aqueles que o possam visitar por intermédio da Rota do Românico do Vale do Sousa, querendo levar uma pequena recordação identitária da Região do Vale do Sousa e, particularmente, de Castelo de Paiva.

Assim, o conhecimento do artesanato deste Concelho e a forma como se procede a sua comercialização é uma mais valia para a complementaridade e desenvolvimento da Rota do Românico do Vale do Sousa, pois permitirá aos responsáveis pela sua implementação e desenvolvimento terem o conhecimento suficiente para informar os visitantes e/ou turistas interessado em adquirir o artesanato. Assim como, a implementação da Rota do Românico do Vale do Sousa contribuirá, certamente, para a continuidade e salvaguarda do artesanato do Concelho de Castelo de Paiva, através da compra dos artefactos artesanais por parte dos visitantes e/ou turistas provenientes da Rota do Românico.

Desta forma, ambos os patrimónios (edificado e cultural), contribuirão para o desenvolvimento local da Região do Vale do Sousa e, particularmente, do Concelho de Castelo de Paiva.

BIBLIOGRAFIA

ANICO, Marta, 2004, *Património, Turismo e Políticas Culturais Autárquicas. Conflitualidade ou Convergência de Interesse?*;

http://www.naya.org.ar/congresso2004/ponencias/marta_anico.doc (consultado em 2 de Setembro de 2006).

Câmara Municipal de Castelo de Paiva, s.d., *Município de Castelo de Paiva*;

<http://www.cm-castelo-paiva.pt/> (consultado em 21 de Julho de 2006).

CALDAS, João Castro, 2003, *Estudos Rurais: Continuidades e rupturas*; em PORTELA, José, CALDAS, João (coords.), 2003, *Portugal Chão*, Oeiras: Celta Editora, pp.533-539.

CANCLINI, Néstor García, 1989, *Las culturas populares en el capitalismo*, Nueva Imagen.

Clix, 2003-2004, *Castelo de Paiva*;

<http://viajar.clix.pt/mapas/mapa3075.gif> (consultado em 23 de Setembro de 2006).

DESVALLÉS, André, 2001, *Que futuro para os museus e para o património cultural na aurora do terceiro milénio?*;

http://www.dhis.uevora.pt/cursos/mest_pos/mp_mus_doc/hismus_t1_tmr.pdf (consultado em 2 de Setembro de 2006).

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, vol. I, Lisboa: Editorial Verbo.

DINIZ, F. J., s.d., *Desenvolvimento rural, que perspectivas?*, Zamora: Fundação Rei Afonso Henriques.

FERNÁNDEZ, Guillermina, RAMOS, Aldo Guzmán, 2004, *Revalorizando el patrimonio tangible e intangible de la minería: el caso de una localidad en Argentina*;

<http://www.seol.com.br/mneme/> (consultado em 2 de Setembro de 2006).

FERREIRA, José Maria Cabral, 1983, *Artesanato, Cultura e Desenvolvimento Regional: Um estudo de campo e três ensaios breves*, Vila da Maia: Maiadouro.

HERRERA, Mercedes Cano, 1986, *Artesanía de Valladolid: Oficios Artesanos – situación actual I*, Valladolid: Caja de Ahorros Provincial de Valladolid.

INE – Instituto Nacional de Estatística, 2003, *Castelo de Paiva*;
<http://www.ine.pt/> (consultado em 23 de Setembro de 2006).

LIMA, Rui de Abreu de, 2003, *Artes tradicionais e artesanato popular*, em CRUZ, Júlio (coord.), 2003, *Memória do I Congresso de Artes e Tradições Portuguesas*, Viseu: Confraria de Saberes e Sabores da Beira – “Grão Vasco”, pp.39-45.

MELO, Alberto, 1998, *Ditos e reditos em torno do desenvolvimento local*; em S.A., 1998, *A rede para o desenvolvimento local*, Loulé: Associação In Loco.

NEVES, António Oliveira das, MAGALHÃES, Andreia, RELVAS, Sónia, 2003, *A competitividade das áreas rurais: um modelo de intervenção na óptica das estratégias de marketing*; em PORTELA, José, CALDAS, João (coords.), 2003, *Portugal Chão*, Oeiras: Celta Editora, pp.501-514.

PEREIRO, Xerardo, 2003, *Patrimonialização e Transformações das Identidades Culturais*; em PORTELA, José, CALDAS, João (coords.), 2003, *Portugal Chão*, Oeiras: Celta Editora, pp.231-247.

PIRES, Ana, 2003, *Artesanato. Elementos para a percepção de um conceito*; em CRUZ, Júlio (coord.), 2003, *Memória do I Congresso de Artes e Tradições Portuguesas*, Viseu: Confraria de Saberes e Sabores da Beira – “Grão Vasco”, pp.46-54.

Rede Social, 2002, *Diagnóstico Social do Concelho de Castelo de Paiva*;
<http://www.cm-castelo-paiva.pt/> (consultado em 21 de Julho de 2006).

Região de Turismo Rota da Luz, 2006, *Castelo de Paiva*;
<http://www.rotadaluz.pt/> (consultado em 21 de Julho de 2006).

REIS, José, 1998, *Uma nova política pública: o desenvolvimento local*; em S.A., 1998, *A rede para o desenvolvimento local*, Loulé: Associação In Loco.

SANTANA, Agustín, 1997, *Antropología y turismo: Nuevas hordas, viejas culturas?*, Barcelona: Editorial Ariel.

SILVA, Augusto Santos, 1988, *Artes Tradicionais Portuguesas e Formas Modernas de Promovê-las*, Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais.

SIMÕES, Alzira, 1998, *O Papel Do Antropólogo no Desenvolvimento Regional*; em *Antropológicas*, Edição Especial, 1998, pp.145-151.

SIRGADO, José Rafael (coord.), 2004, *Plano de Acção para a Implementação e Dinamização Turística e Cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa*; <http://www.adersousa-rrvs.com> (consultado em 21 de Julho de 2006).

Wikimedia Commons, 2006, *Castelo de Paiva*; <http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:LocalCasteloDePaiva.svg> (consultado em 23 de Setembro de 2006).

ANEXOS

ANEXO I

GUIÕES DAS ENTREVISTAS E LISTAS DE INFORMANTES

Guião de entrevista aos artesãos

- Qual o ofício artesanal que exerce?
- Com quem aprendeu?
- Que objectos artesanais produz? Dedicou-se sempre a produção deste tipo de objectos? Quando começou a fazer as miniaturas? Porquê?
- Quais são as peças que faz com maior frequência? São as miniaturas? Porquê?
- Tem alguma inscrição que costume pôr nos objectos que faz?
- Onde coloca os seus objectos para venda? Como é feita a comercialização? Depende de terceiros?
- A comercialização influencia na produção dos objectos?
- No Posto de Turismo tem objectos seus à venda?
- Como estipula o preço? Este depende do trabalho e do tempo que demora a fazer cada objecto?
- O que vende mais nas feiras de artesanato? São as miniaturas? Porquê?
- Gosta de participar neste tipo de eventos? Acha que são bons para se promover e divulgar o artesanato?
- Trabalha por encomenda? O que é que lhe costumam encomendar mais frequentemente? As encomendas são maioritariamente feitas por pessoas cá da região?
- Ainda tem muitos clientes? Acha que as pessoas têm interesse pelo artesanato da região (visitantes ou não)? Esse interesse aumentou ou diminuiu? O que acha que leva as pessoas a comprar artesanato?
- Qual é a utilidade de cada objecto? É a mesma de antigamente?

Guião de entrevista à funcionária do Posto de Turismo

- ❖ Em que ano foi criado o Posto de Turismo?
- ❖ Vendem artesanato desde a abertura do Posto?
- ❖ Que tipo de artesanato é vendido cá?
- ❖ Todos os artesãos estão aqui expostos? Todos podem colocar cá os seus produtos à venda?
- ❖ Como é feita a comercialização entre os artesãos e o Posto de Turismo?
- ❖ A comercialização influencia a encomenda de determinadas peças mais do que outras? Que tipos de peças encomendam mais aos artesãos? As miniaturas?
- ❖ O que se vende mais frequentemente no Posto de Turismo? As miniaturas?
- ❖ Em que altura do ano se vende mais artesanato?
- ❖ Qual acha que é a razão pela qual as pessoas compram artesanato? Qual a sua ideia perante aquilo que as pessoas lhe dizem?
- ❖ Acha que as pessoas têm interesse pelo artesanato do concelho (quer visitantes quer locais)?

Guião de entrevista à técnica da Câmara Municipal

- ❖ Como são organizadas as feiras de artesanato no concelho? Têm artesãos de outros concelhos a participar nessas feiras?
- ❖ Em que outras feiras o artesanato do concelho é exposto? Como é organizada a participação? Os artesãos são convidados?
- ❖ Que outros eventos são levados a cabo pela Câmara Municipal para promover e preservar o artesanato do concelho?
- ❖ Há aderência por parte dos artesãos em participar nos eventos organizados?
- ❖ Acha importante a preservação e promoção do artesanato?

Lista de artesãos entrevistados¹⁵

Nome	Ofício artesanal que exerce	Data da entrevista	Local onde foi realizada ¹⁶	Número da entrevista
Adélia Tavares	Tecelagem	21 de Agosto de 2006	Carquejedo – Pedorido	1
Carlos Araújo	Miniaturas de construções tradicionais	21 de Agosto de 2006	Fontaínhas – Raiva	2
Aníbal Vieira	Cestaria	23 de Agosto de 2006	Portelinha – Real	3
Ermelinda Rocha	Tapeçaria	23 de Agosto de 2006	Vinha da Paradela – Bairros	4
Rosa Silva	Bordados e rendas	26 de Agosto de 2006	Sobrado – Castelo de Paiva	5
António Gonçalves	Miniaturas em madeira	29 de Agosto de 2006	Cruz da Agra – S. Martinho de Sardoura	6
Maria Ferreira	Cobres	29 de Agosto de 2006	Monte da Carvalhosa – S. Martinho de Sardoura	7
Alexandrina Silva	Tapeçaria	1 de Setembro de 2006	Lixa – Fornos	8
Isabel Mota	Bordados e rendas	4 de Setembro de 2006	Cruz da Carreira – Santa Maria de Sardoura	9
António Cunha	Cobres	6 de Setembro de 2006	Cruz da Agra – S. Martinho de Sardoura	10

Lista de outros informantes entrevistados¹⁷

Nome	Actividade principal	Data da entrevista	Local onde foi realizada	Número da entrevista
Helena Silva	Funcionária no Posto de Turismo	12 de Setembro de 2006	Posto de Turismo – Castelo de Paiva	11
Susana Ramalho	Técnica da Câmara Municipal	12 de Setembro de 2006	Câmara Municipal – Castelo de Paiva	12

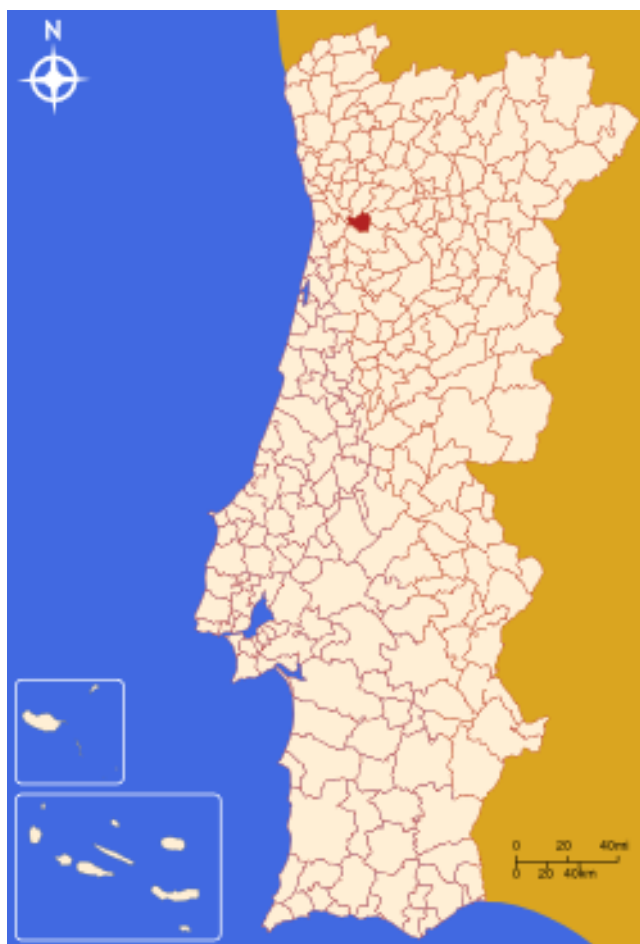
¹⁵ Todas as entrevistas realizadas aos artesãos, conduzidas por um guião previamente elaborado, tiveram uma duração, cada uma delas, entre 1 a 2 horas.

¹⁶ Todas as entrevistas foram realizadas nas respectivas residências dos artesãos pois, em todos eles, este é o seu principal local de trabalho quando exercem o respectivo ofício artesanal.

¹⁷ Ambas as entrevistas, conduzidas pelo seu respectivo guião previamente elaborado, tiveram uma duração, cada uma delas, de cerca de 1 hora.

ANEXO II

MAPAS DO CONCELHO DE CASTELO DE PAIVA



Mapa 1 – Localização geográfica do Concelho de Castelo de Paiva em Portugal Continental¹⁸

Mapa 2 – Concelho de Castelo de Paiva¹⁹



¹⁸ Wikimedia Commons, 2006, *Castelo de Paiva*; <http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:LocalCasteloDePaiva.svg> (consultado em 23 de Setembro de 2006).

¹⁹ Clixgest, 2003-2004, *Castelo de Paiva*; <http://viajar.clix.pt/mapas/mapa3075.gif> (consultado em 23 de Setembro de 2006).

